VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Técnico – Administrador

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

Consulplan
AVALIANDO COM GABARITO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Desumanidade

Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por *Bucha*. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de *Kiev* é inominável. Quando as tropas russas abandonaram a região ao norte da capital ucraniana, deixaram evidências de crimes de guerra. E um rastro de dor e de horror que provocará traumas profundos na sociedade da ex-república soviética. As imagens que chegaram de *Bucha* causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade. Em *Bucha* e em localidades vizinhas, a Procuradoria-Geral da Ucrânia informou terem sido encontrados 410 civis mortos.

Guerras, por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica, precisam seguir regras de conduta. Uma delas é jamais atingir a população civil. Os alvos têm que se resumir aos objetivos militares. Recebi várias imagens de *Bucha*. Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente. O Tribunal Penal Internacional precisa investigar a matança e punir de forma exemplar todos os responsáveis pelas atrocidades, do mais baixo ao mais alto escalão militar e de poder. A comunidade internacional tem a obrigação moral de reforçar as sanções contra *Vladimir Putin* e sua autocracia.

Não se trata mais de *Putin* sentir-se ameaçado pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) rumo ao Leste da Europa. O que está em questão aqui é a existência de provas cabais de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. A guerra que muitos querem justificar como legítima está assassinando civis, que nada têm a ver com pretensões políticas ou militares de *Putin* e do presidente ucraniano, *Volodymyr Zelensky*. São pais, mães, filhos, executados a sangue frio e sem piedade.

O único legado da guerra de *Putin* será a dor. A Ucrânia precisará se reerguer das ruínas, e seus cidadãos terão que aprender a conviver com o luto e com o trauma. A Rússia será relegada ao status de pária, e seus líderes deverão prestar contas à Corte de *Haia*. Soldados russos conviverão com a pecha de assassinos e com as memórias de quando escolheram a desumanização. Minhas lágrimas por *Bucha*.

(Rodrigo Craveiro. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/04/4998550-rodrigo-craveiro-desumanidade.html – Em: julho de 2022.)

01

É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

A) O afastamento da comunidade internacional provoca o fortalecimento de ações de guerra em que civis são afetados.
B) As reações aos fatos mencionados perpassam por uma trajetória temporal que vai do presente a uma projeção para o futuro.
C) Embora haja regras seguidas no contexto apresentado, tal conduta não pôde minimizar os efeitos negativos inerentes às ações executadas.
D) Os sentimentos provocados pelos horrores da guerra mencionados no texto demonstram, apesar de toda comoção, acomodamento como resultado de um sentimento de incapacidade.

02

Em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) o uso da letra maiúscula pode ser indicado como:

A) Parcialmente correto.
B) Completamente correto.
C) Completamente incorreto.
D) Facultativo em todas as ocorrências.

03

De acordo com o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que:

A) Há um contraste entre as ações propostas pelos envolvidos no conflito e as ações por eles realizadas.
B) São apresentadas propostas de intervenção para o assunto tratado, mas apenas um agente para sua realização.
C) O autor é categórico em suas afirmações acerca das situações futuras envolvendo adversários em situação de conflito.
D) A partir de uma sequência de possibilidades, o autor demonstra sua preocupação com a atual situação dos países envolvidos no cenário por ele retratado.

04

"*As imagens que chegaram de Bucha causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade.*" (1º§) Considerando-se as variadas características de tipos textuais diferentes, em relação ao trecho destacado anteriormente, pode-se afirmar que:

A) O enunciador se concentra no tema do discurso.
B) O enunciador designa no discurso, as variáveis do contexto verbal.
C) Há relação de anterioridade e posterioridade entre os fatos relatados.
D) A sequenciação da enunciação das imagens apresentadas não pode ser alterada.

05

A forma verbal "*poderia*" em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) representa um fato não concluído assim como ocorre com a forma verbal destacada em:

A) Tu foste feliz em uma época distante.
B) O diretor disse que renunciaria ao cargo ontem.
C) Ele estivera naquela região, lembro-me perfeitamente.
D) Amara tão intensamente que sua saúde ficou comprometida.

06

Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que:

A) A variedade linguística aplicada caracteriza o emprego da linguagem técnica como estratégia para atrair a atenção do leitor.
B) O grau de formalidade está relacionado ao conteúdo trazido ao texto, não podendo tal conteúdo ser referenciado de outra forma.
C) Considerando o suporte textual empregado, a adequação quanto à linguagem faz referência ao uso da linguagem informal de forma predominante com objetivo de atrair o interlocutor.
D) A linguagem padrão foi adequadamente empregada de acordo com o gênero textual apresentado, sendo essa uma de suas características quanto à estrutura linguística do gênero textual apresentado.

07

Estabelecendo-se uma relação entre o título atribuído ao texto e o título sugerido opcionalmente pelo próprio autor no início do texto, pode-se afirmar que:

A) Demonstra que o assunto apresenta questões polêmicas e controversas.
B) Tem como objetivo provocar o interlocutor quanto à relevância de tal escolha.
C) Trata-se de uma estratégia argumentativa para sustentar a tese apresentada e defendida no texto.
D) A aparente dúvida do autor quanto ao título textual tem sua justificativa apresentada no próprio texto.

08

As vírgulas que separam o segmento "*por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica*":

A) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
B) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
C) Foram empregadas em função de destacar o termo "Guerras".
D) Não são obrigatórias, neste caso, de acordo com a norma padrão da língua.

09

A respeito da expressão das intenções e pontos de vista do enunciador, pode-se afirmar que em "*Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente*." (2º§) é possível reconhecer tal procedimento e sentido que expressa em relação ao exposto:

A) Anterioridade e provocação.
B) Ceticismo e obrigatoriedade.
C) Possibilidade e temporalidade.
D) Duplicidade, certeza e comprovação.

10

A frase com a qual o texto é finalizado: "*Minhas lágrimas por Bucha*" pode ser considerada uma reescrita que mantém a correção gramatical e o sentido original para a opção de título sugerido no início do texto? Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a pergunta anterior.

A) Não, não há qualquer relação de sentido entre as estruturas linguísticas referidas no enunciado.
B) Sim, o trecho destacado seria uma terceira opção para o título do texto já que se trata de uma reescrita da opção apresentada cujo sentido original está plenamente mantido.
C) Não, apesar de haver uma relação em referência ao conteúdo, a finalização do texto tem sentido diferente do indicado no título sugerido quando torna o discurso pessoal, particular.
D) Não, ainda que o conteúdo da frase final do texto esteja relacionado à sugestão do título apresentado na introdução, o título de um texto como o do gênero textual em análise não pode apresentar qualquer tipo de parcialidade.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO

11

O Ministério Público do Estado do Pará instaurou um processo administrativo "X", com base em sua legislação ordinária específica, que prevê o mesmo regramento sobre prazos previsto na Lei Federal nº 9.784/99. Nesse sentido, é correto afirmar que no processo administrativo "X":

A) Um prazo de dois dias úteis publicado em uma sexta-feira vence na segunda-feira seguinte.
B) Os prazos não admitem suspensão, salvo hipótese de requerimento conjunto de duas ou mais partes.
C) Um prazo de um mês, publicado em 31.01.2022 (segunda-feira), venceu em 28.02.2022 (segunda-feira).
D) Os prazos em anos contam-se em dias corridos, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

12

O Ministério Público do Estado do Pará promoveu um seminário para discutir Ética Pública, tendo o palestrante apresentado regras deontológicas do Decreto Federal nº 1.171/1994. Quanto às regras deontológicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O êxito do trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser considerado como seu maior patrimônio e como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que ele próprio é integrante da sociedade na condição de cidadão.
B) Permitir a formação de longas filas, deixando qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que o servidor público exerce suas funções, caracteriza, não apenas, ato de desumanidade, mas especialmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
C) A moralidade, como princípio da Administração Pública, vai além da distinção entre o bem e o mal; por isso, deve ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse do cidadão. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade consolida a eficiência na prestação dos serviços públicos.
D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, nesse sentido, se integra também na vida particular de cada agente público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão diminuir ou acrescer o seu bom conceito na vida funcional.

13

No que tange à Lei nº 13.140/2005, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

A) O mediador, no desempenho de sua função, poderá reunir-se com as partes em conjunto, vedado ouvi-las separadamente, ainda que para facilitar o entendimento entre aquelas.
B) Para atuar como mediador judicial, é preciso deter capacidade civil e ser graduado, há pelo menos um ano, em curso de ensino superior em Direito, com capacitação em mediação.
C) Qualquer pessoa capaz poderá atuar como mediador extrajudicial, se tiver a confiança das partes, independentemente de capacitação, desde que integre conselho, entidade de classe ou associação.
D) Equipara-se a servidor público, para fins da legislação penal, tanto o mediador quanto as pessoas que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas.

14

Um promotor de justiça do Estado Alfa propôs ação de improbidade administrativa em face de servidor público que praticou um ato omissivo decorrente de divergência interpretativa de lei, com base em jurisprudência do Tribunal de Contas daquele Estado. Nesse sentido, consideradas as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992, referida omissão, em tese:

A) Não configura ato de improbidade administrativa.
B) Configura ato de improbidade se a jurisprudência for posteriormente superada.
C) Caracteriza atentado ao princípio da legalidade e configura ato de improbidade administrativa.
D) Representa conduta culposa, passível de configuração como ato de improbidade administrativa.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

15

O Estado do Pará deve adotar medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra, com medidas específicas para combater o extermínio da juventude negra. Assim, nos termos da Lei nº 9.341/2021, sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social as seguintes fontes de financiamento, EXCETO:

A) Doações voluntárias de particulares.
B) Transferências voluntárias da União.
C) Doações de organizações não governamentais.
D) Transferências voluntárias de outros estados e dos municípios.

16

Por meio da Lei nº 9.341/2021, o Estado do Pará instituiu o Estatuto da Equidade Racial, estabelecendo direitos da população negra. Considerando as medidas previstas na referida norma, é correto afirmar que:

A) O Poder Público Estadual deve adotar medidas para inventariar, restaurar e proteger os sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas.
B) Uma das diretrizes expressas da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra determina o fortalecimento de programas voltados ao atendimento de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal – AME.
C) Um dos objetivos da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra é o atendimento ambulatorial, odontológico, nutricional e hospitalar específico, prestado diretamente nas comunidades quilombolas remanescentes.
D) Uma das estratégias para o fomento ao pleno acesso da população negra às práticas desportivas é o reconhecimento da atividade capoeirista como modalidade de luta esportiva e não mais de manifestação de dança e música.

17

No que tange ao regramento vigente sobre concursos públicos, previsto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, conforme Lei nº 5.810/1994, assinale a afirmativa correta.

A) A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
B) As provas serão avaliadas na escala de zero a cem pontos e, aos títulos, quando afins, serão atribuídos dez pontos, no máximo.
C) Os candidatos regularmente inscritos deverão comprovar, no ato da inscrição no concurso público, os requisitos previstos no edital.
D) Os concursos terão a validade de dois anos, a contar da publicação da classificação final, prorrogável expressamente uma única vez por igual período.

18

Em relação ao exercício do cargo público, nos termos da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor empossado, que não entrar em exercício no prazo previsto na Lei, será demitido do cargo público.
B) O servidor preso em flagrante ou pronunciado por crime comum somente será afastado do exercício do cargo após a sentença final transitada em julgado.
C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de quinze dias, contados da data da posse, no caso de nomeação, e nos demais casos, da data da publicação oficial do ato.
D) O servidor poderá ausentar-se do Estado, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, mediante prévia autorização do Governador do Estado.

19

Sobre as formas de provimento derivado e movimentação de pessoal, nos moldes da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, a pedido ou *ex-officio*.

B) O ato de reintegração será expedido no prazo máximo de sessenta dias do pedido, reportando-se sempre à sentença judicial transitada em julgado ou à decisão administrativa definitiva.

C) A promoção é a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento-base, em cargo de maior escolaridade, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

D) O retorno à atividade de servidor aposentado por incapacidade permanente, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se reversão e prescinde de a aposentadoria ter ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação.

20

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça, está correto o que se afirma em:

A) Sendo a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça rejeitada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, os autos do processo respectivo serão encaminhados para a decisão final do Conselho Superior do Ministério Público.

B) Contados do recebimento da notificação da proposta de destituição, o Procurador-Geral de Justiça poderá oferecer contestação e requerer produção de provas, indicando testemunhas ou apresentando documentos no prazo de vinte dias.

C) Se o Conselho Superior do Ministério Público reprovar a destituição do Procurador-Geral de Justiça, este reassumirá imediatamente o cargo e, na hipótese de aprovação, o Subprocurador-Geral de Justiça assumirá imediatamente as atribuições do destituído.

D) A destituição do Procurador-Geral de Justiça, assegurada ampla defesa e contraditório, será proposta em petição escrita e devidamente instruída com provas dos fatos, por iniciativa da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça, e dependerá da aprovação de dois terços de seus integrantes, mediante voto secreto.

21

Em relação ao planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, nos moldes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O Plano Geral de Atuação (PGA) e o Plano Plurianual (PPA) do Ministério Público serão aprovados pelo Procurador--Geral de Justiça e elaborados com a participação efetiva dos representantes dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

B) São instrumentos do planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público (PGA-MP/PA), o Plano Plurianual do Ministério Público (PPA-MP/PA), além de outros instrumentos previstos em lei ou em ato normativo.

C) Os Programas ou Planos de Atuação (PA) aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, visarão atender situações emergenciais relacionadas com as funções institucionais ou áreas de atuação do Ministério Público e dependerão de suas disponibilidades orçamentária e financeira.

D) Os Programas e Projetos Especiais (PE) das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça especificarão as providências judiciais e extrajudiciais necessárias ao desempenho das atribuições dos seus órgãos de execução, a forma da participação dos demais órgãos do Ministério Público neles envolvidos e os meios, recursos e controle para as suas execuções.

22

Considerando a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto aos direitos, garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) Não será concedida ajuda de custo ao membro do Ministério Público por ocasião da investidura no cargo inicial da carreira.

B) O subsídio mensal dos membros do Ministério Público será fixado e reajustado pela Assembleia Legislativa, mediante lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.

C) Os membros do Ministério Público são remunerados exclusivamente por subsídio mensal, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer adicionais e indenizações.

D) Serão concedidas diárias para viagem, passagem ou indenização de transporte quando o deslocamento do membro do Ministério Público constituir exigência permanente do cargo.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

23

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.

I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.

III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

Após análise dos itens, conclui-se que

A) uma assertiva está correta.
B) três assertivas estão corretas.
C) duas assertivas estão corretas.
D) nenhuma assertiva está correta.

24

Ramirez, de nacionalidade mexicana, reside em Redenção, no Estado do Pará, há trinta anos ininterruptos e não possui condenação penal. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Ramirez, na condição de estrangeiro, é titular de um direito fundamental específico que não se aplica a brasileiros.
B) Ramirez adquiriu a nacionalidade brasileira derivada para todos os fins legais, independentemente de pedido, após completar quinze anos ininterruptos de residência no país.
C) Caso venha a adquirir a nacionalidade brasileira, Ramirez poderá perdê-la caso, sem licença do Presidente da República, aceite comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro.
D) Após sua naturalização especial, Ramirez poderá vir a perder a nacionalidade brasileira somente se, por sentença judicial, tiver cancelada sua naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

25

Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

A) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.
B) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.
C) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.
D) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.

26

O Brasil pode ganhar um novo estado. Um projeto de criação de Tapajós, que se tornaria a 28ª unidade federativa do país, está em tramitação no Senado. O processo é complexo e passa por várias instituições políticas. De acordo com o projeto, se o Tapajós for criado, ele terá Santarém como sua provável capital e 43,15% do atual território do Estado do Pará.

(Disponível em: https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/11/18/estado-de-tapajos-entenda-o-processo-de-criacao-e-o-plebiscito.ghtml. Adaptado. Acesso em: 25/06/2022.)

A respeito da criação de novos estados e seu tratamento na Constituição da República Federativa de 1988, assinale a afirmativa correta.

A) Pressupõe a existência de Lei complementar da União estabelecendo período possível para criação de novos Estados.
B) Tem, dentre seus requisitos, a necessidade de divulgação de Estudos de Viabilidade Estadual e a edição de Lei estadual.
C) A cisão ou subdivisão de um estado acarreta a perda de parte de sua população e de seu território, não havendo perda da personalidade jurídica do ente primitivo.
D) Depende de aprovação da população diretamente interessada, assim entendida como a população tanto da área a ser desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente.

27

Ao revisar nota técnica elaborada por um colega, determinado analista do Ministério Público do Pará se deparou com a transcrição de algumas atribuições de órgãos/entidades previstos constitucionalmente; analise-as.

I. Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

II. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

III. Elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

A associação correta que deve ser realizada pelo servidor acerca das atribuições mencionadas é

A) **I.** Ministério Público **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça

B) **I.** Supremo Tribunal Federal **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça

C) **I.** Conselho Nacional de Justiça **II.** Conselho Nacional do Ministério Público **III.** Ministério Público

D) **I.** Conselho Nacional do Ministério Público **II.** Ministério Público **III.** Conselho Nacional de Justiça

28

Segundo o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes, as emendas constitucionais são espécies normativas primárias que são produzidas mediante procedimento e quórum especial, e que, uma vez aprovadas, agregam ao texto constitucional (ou seja, viram norma constitucional com o mesmo *status* de qualquer outra). Acerca do processo legislativo das emendas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

A) A Constituição contém clara vedação à aprovação de emenda na vigência de intervenção federal, mas não proíbe expressamente a tramitação de uma proposta de emenda constitucional no mesmo período.

B) Se as Assembleias Legislativas das unidades da Federação de pelo menos cinco estados manifestarem-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, é possível o exercício da iniciativa de uma proposta de emenda constitucional.

C) A Constituição de 1988, desde sua promulgação, previu que o quórum de votação das emendas constitucionais também se prestaria para a incorporação, com mesmo grau hierárquico, dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada se sujeita ao regime da irrepetibilidade relativa, pois pode ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante provocação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

29

Ao Presidente da República, dentre outros papéis no processo legislativo federal, cabe a manifestação, em momento oportuno, acerca de sua aquiescência (sanção) ou discordância (veto) sobre o projeto ou medida em discussão. Especificamente com relação a esse assunto, assinale a afirmativa correta.

A) A participação do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo das emendas constitucionais não inclui a possibilidade de sanção ou veto.

B) A medida provisória publicada e integralmente aprovada sem alterações pelo Congresso Nacional deve ser encaminhada ao Presidente da República para sua sanção ou veto.

C) A ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de Lei, tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade, quando dele seja a prerrogativa usurpada.

D) O ordenamento jurídico brasileiro admite a chamada sanção tácita pelo Presidente da República, como ocorre, a título de exemplo, no caso de medida provisória não apreciada dentro do prazo previsto na Constituição da República.

30

No que concerne ao regime de responsabilidades do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.

A) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a aprovação de sua denúncia pela Câmara dos Deputados.

B) São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

D) Quando do processamento e julgamento do Presidente da República por crimes de responsabilidade, funcionará como Presidente o do Congresso Nacional, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

31

Nos termos da Carta Magna de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Dentre as formas de participação do povo na condução de assuntos relevantes para a sociedade, NÃO é uma hipótese prevista constitucionalmente a:

A) Iniciativa de projetos de lei.
B) Iniciativa de proposta de emenda constitucional.
C) Manifestação durante o processo de criação de novos Municípios.
D) Manifestação durante o processo de criação de novos Estados-membros.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

32

Determinar, na Ciência Jurídica, o que é o Direito Administrativo, tem sido tarefa dos doutrinadores. Sobre o conceito de Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Ramo do Direito Público que estuda princípios e regras reguladores do exercício da função administrativa.
II. Ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
III. Ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo "Estado *versus* contribuinte", na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.
IV. Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Nos termos doutrina pátria, são conceitos possíveis para o Direito Administrativo, apenas

A) I e III.
B) II e III.
C) I, II e IV.
D) II, III e IV.

33

Maria, servidora pública recém concursada do MPPA, inicia o exercício do cargo, estando em dúvida sobre o estágio probatório e suas consequências. Considerando o caso hipotético, nos termos do disposto na Constituição Federal e na legislação do Estado do Pará, Maria deverá cumprir estágio probatório:

A) De dois anos, após os quais adquirirá vitaliciedade, só podendo perder o cargo após sentença judicial transitada em julgado.
B) Por três anos de efetivo serviço, findo os quais adquirirá vitaliciedade, não sendo condição para isso, que seja realizada avaliação especial de desempenho.
C) De três anos, após os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, aprovação em avaliação especial de desempenho.
D) Por dois anos de efetivo serviço, findo os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, que seja realizada avaliação especial de desempenho.

34

Sobre os Princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa que NÃO encontra amparo na doutrina pátria.

A) A Constituição Federal traz os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sendo estes os únicos princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Lei Maior.
B) No Direto Administrativo brasileiro, alguns autores defendem que a Supremacia do Interesse Público sobre o interesse privado e a Indisponibilidade do Interesse Público são considerados supraprincípios ou superprincípios.
C) Ofende tanto o princípio da Moralidade quanto o da Impessoalidade, a nomeação de parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante, por usa influência, para exercício de cargo em comissão na Administração Pública.
D) A lei que regula o processo administrativo federal, define Razoabilidade e Proporcionalidade como a "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público".

35

O estudo da organização administrativa pressupõe institutos como a (des)centralização, a (des)concentração, a Administração direta e indireta; as entidades paraestatais e terceiro setor. De acordo com a legislação aplicada ao caso, sobre as Organizações Sociais (OS), componentes do Terceiro Setor, analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser qualificadas como OS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam de interesse público, tais como ensino e pesquisa científica, desde que cumpram os requisitos previstos na lei da espécie, por ato discricionário de autoridade pública.

II. Aos Estados e Municípios é vedado qualificar entidades sem fins lucrativos como OS, ainda que visando maior flexibilização administrativa.

III. A parceria entre a OS e a Administração Pública concedente da qualificação se dará através da realização contrato de gestão para fomento e execução de suas atividades.

IV. Às OS poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo ainda possível cessão especial de servidor.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III e IV.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.

36

A Responsabilidade do Estado evoluiu da inicial irresponsabilidade estatal (*The King can do no wrong*) para a atual responsabilidade objetiva do Estado. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre a Responsabilidade do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. No Brasil, aplica-se a Teoria do Risco Integral nos casos de danos ambientais, danos nucleares e para atentados terroristas em aeronaves de qualquer nacionalidade, se ocorridos no Brasil.

II. Caso uma pessoa, por vontade própria, provoque dano a si mesma, envolvendo no fato a Administração Pública, será aplicada a Teoria do Risco Administrativo, que permite excludentes de ilicitude, a exemplo de culpa exclusiva da vítima.

III. O prazo para terceiros ingressarem em juízo com as ações de responsabilização extracontratual do Estado, em regra, será de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

37

Licitação é o procedimento prévio à realização de contratos administrativos e visa assegurar o interesse público. De acordo com as legislações vigentes, sobre Licitações, analise as afirmativas a seguir.

I. Atualmente, tanto a Lei nº 14.133/2021, quanto a Lei nº 8.666/1993 estão em vigor no país. Mesmo com a publicação e vigor da primeira, a segunda continua podendo ser utilizada em procedimentos licitatórios até abril de 2023.

II. Quando da realização de procedimento licitatório, o poder público poderá combinar a aplicação das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, devendo, no edital, no aviso ou no instrumento de contratação direta, informar expressamente que está procedendo deste modo.

III. Uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 foi a modalidade de licitação chamada de Diálogo Competitivo. Nela a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final, após o encerramento dos diálogos.

IV. As modalidades licitatórias Convite e Tomada de Preço, dispostas na Lei nº 8.666/1993, não são tratadas na Lei nº 14.133/2021.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e III.
C) I, III e IV.
D) II, III e IV.

38

Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência dominantes no Brasil, sobre Controle Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. O Mandado de Segurança, o *Habeas corpus*, a Ação Popular, o Mandado de Injunção, o *Habeas data* e a Ação Civil Pública são importantes instrumentos de controle judicial da Administração Pública.

II. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são importantes instrumentos de controle político realizado pelo Poder Legislativo.

III. O controle hierárquico é importante instrumento de controle administrativo exercido internamente no âmbito da própria Administração.

IV. Os Tribunais de Conta são importantes ferramentas de controle administrativo auxiliares do Poder Legislativo. No âmbito dos Municípios, tem-se a presença do Tribunal de Contas Municipais, criado apenas nos municípios que atinjam o contingente populacional de dois milhões de habitantes.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) II, III e IV.

39

Ato administrativo, na concepção de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "*é declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário*" (DI PIETRO: 2022). De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre ato administrativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo federal, dispõe que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

( ) Presunção de Legitimidade e Autoexecutoriedade são alguns dos atributos dos atos administrativos.

( ) De acordo com parte da doutrina, são requisitos de validade dos atos administrativos: competência, forma, finalidade, motivo, e objeto.

( ) A convalidação de ato administrativo é uma forma de suprir defeitos leves, como a competência e o motivo do ato, por meio de um segundo ato chamado ato convalidatório, tendo em vista a preservação de sua eficácia.

A sequência está correta em

A) V, V, V, F.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) F, F, F, V.

40

Para o exercício de sua missão, a Administração Pública tem, atribuídas pelas normas jurídicas, certas prerrogativas que constituem poderes-deveres para a realização do interesse público. Analise as situações hipotéticas, considerando o poder da Administração Pública a elas relacionado.

I. Quando um fiscal da Prefeitura de determinado Município vai a uma obra exigindo a apresentação de alvará de construção e, caso não exista, embarga a obra, estar-se-á diante do poder de polícia.

II. Quando determinada Lei pede análise de elementos como intenção, grau de instrução, conhecimento técnico, para determinar que, diante do caso concreto o agente – baseado em critérios de oportunidade e conveniência – aplique advertência, multa pecuniária ou apreensão de bem, estaremos diante do poder vinculado.

III. Apurado o cometimento de uma ilegalidade, determinado servidor público foi suspenso de suas atividades por trinta dias. A imposição de sanção ao servidor público é ligada ao poder disciplinar.

IV. Quando um servidor público efetivo atinge setenta e cinco anos e é aposentado compulsoriamente, nos termos da Lei, estar-se-á diante do poder vinculado.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Tomar decisões sobre contratação é uma das mais importantes e difíceis responsabilidades de um gestor. O próximo passo, após selecionar currículos, cartas de apresentação e solicitações de emprego é, geralmente, entrevistar os candidatos. Quando o candidato tem o máximo de liberdade para encaminhar a discussão, enquanto o entrevistador evita cuidadosamente influir em seus comentários, é denominada entrevista:

A) Situacional.
B) Estruturada.
C) Não diretiva.
D) Dedescrição comportamental.

42

O *Balanced Scorecard* (BSC) é um placar balanceado e equilibrado. Constitui uma ferramenta administrativa que envolve várias perspectivas diferentes e que devem ser integradas e balanceadas para promover sinergia. Sobre o tema, relacione adequadamente as perspectivas aos respectivos indicadores.

1. Financeira.
2. Dos clientes.
3. Dos processos internos.
4. Do aprendizado/crescimento.

( ) Lucratividade.
( ) Eficácia.
( ) Criatividade.
( ) Custos baixos.
( ) Eficiência.
( ) Retorno sobre o investimento.
( ) Participação no mercado.
( ) Sugestões.

A sequência está correta em

A) 1, 3, 4, 3, 3, 1, 2, 4.
B) 2, 4, 4, 1, 1, 3, 3, 1.
C) 3, 3, 2, 1, 4, 4, 1, 2.
D) 4, 3, 3, 4, 1, 1, 2, 3.

43

Medir faz parte integrante da natureza humana. Fazemos avaliações de todo tipo, de nossa saúde, finanças, investimentos, disponibilidade de tempo, bem como utilizamos índices de todos os tipos para medições, quantidades, tempo etc. Se o fato de medir índices de gordura, colesterol, pressão arterial, dentre outros é essencial para acompanhar a saúde pessoal, considere, então, o negócio da empresa. O que garante o sucesso da estratégia são as ações baseadas em informações concretas e em índices firmes e adequados. São consideradas funções básicas dos indicadores, EXCETO:

A) Predizer ou apoiar a execução operacional.
B) Avaliar ou permitir progresso quanto a planos e objetivos.
C) Caracterizar ou estabelecer um referencial para possibilitar avaliações.
D) Identificar causas de atrasos, gargalos, ineficiências e oportunidades de melhoria de processos e produtos.

44

Missão organizacional, a declaração do alcance da organização em termos de produto e de mercado, se refere ao papel da organização dentro da sociedade em que está envolvida. Deve ser definida em termos de satisfazer a alguma necessidade do ambiente externo e não em termos de oferecer algum produto ou serviço; por isso, deve contemplar os seguintes aspectos, EXCETO:

A) Razão de ser da organização.
B) Papel interno da organização.
C) Valor que a organização constrói para seus *stakeholders*.
D) Papel do negócio da organização e tipos de atividades em que a organização deve concentrar seus esforços no futuro.

45

Um empresário tinha todo o seu tempo tomado pela administração dos negócios de sua indústria. Seus filhos foram envolvidos desde cedo nos negócios da família que progredia a cada ano, requerendo maior envolvimento e dedicação por parte dos gestores. Para o dono da empresa, a eficiência era o grande foco. Seus filhos adquiriram grandes conhecimentos de gestão e observaram que a empresa necessitava de mudanças em seus processos de gestão para se tornar competitiva em um mercado tão acirrado. Para tanto, relacionaram alguns problemas que deveriam ser eliminados. Considerando o caso hipotético, NÃO apresenta um problema relacionado:

A) As decisões se baseavam na intuição e no palpite.
B) Não havia integração entre os departamentos da empresa.
C) Havia incentivos para melhorar o desempenho dos trabalhadores.
D) Muitos trabalhadores não cumpriam suas responsabilidades.

46

De acordo com *Max Weber*, as organizações formais modernas se baseiam em leis, que as pessoas aceitam por acreditarem que são racionais, isto é, definidas em função do interesse das próprias pessoas e não para satisfazer aos caprichos arbitrários de um dirigente. *Charles Perrow* está entre os que acreditam que o tipo ideal de *Weber* nunca é alcançado, porque as organizações são essencialmente sistemas sociais, feitos de pessoas; e as pessoas não existem apenas para as organizações. Os funcionários não são seres exclusivamente burocráticos e as organizações refletem as imperfeições dos seres humanos vistas pelas disfunções da burocracia. Diante do exposto, NÃO apresenta uma disfunção da burocracia:

A) Hierarquia.
B) Particularismo.
C) Excesso de regras.
D) Satisfação dos interesses organizacionais.

47

Na virada do século, os automóveis eram um luxo que somente os ricos podiam pagar. Eram montados por artesãos que construíam o carro completamente e de uma só vez no chão da fábrica. Esses trabalhadores não eram especializados e *Henry Ford* acreditava que eles perdiam tempo e energia colocando as partes necessárias nos carros. Podemos afirmar que a *Ford* adotou uma abordagem revolucionária na fabricação de automóveis utilizando:

A) Princípios da Teoria Clássica.
B) Fundamentos da Teoria Burocrática.
C) Princípios da Administração Científica.
D) Fundamentos da Teoria das Relações Humanas.

48

As pessoas de uma organização são o recurso mais confiável para gerar resultados excelentes anos após ano. Suas opiniões, experiências e habilidades são o que dita a diferença entre sucesso e fracasso. Mas os mesmos líderes que proclamam que "as pessoas são nosso ativo mais importante" em geral não pensam muito quando escolhem as pessoas certas para o trabalho certo. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. A seleção é o processo que visa identificar os potenciais humanos para o trabalho e sua possível adaptação às funções organizacionais.
II. O recrutamento pode ser avaliado sob muitos aspectos como a eficácia dos recrutadores, a origem dos recrutados e os métodos empregados.
III. A entrevista é, sem dúvida, dentre todos os métodos empregados para esse fim o mais utilizado.
IV. A entrevista parece ter o maior peso na escolha do candidato, ou seja, o candidato que tiver desempenho insatisfatório na entrevista dificilmente será contratado.
V. O entrevistador pode ter distorções perceptivas como o efeito halo, em que a impressão geral de um candidato é baseada em uma única característica como inteligência e boa comunicação.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) III e IV, apenas.
C) IV e V, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

49

***Herzberg,* um dos primeiros investigadores a considerar as opiniões dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, sugeriu que existem dois grupos igualmente importantes de fatores relevantes para a motivação: fatores higiênicos e fatores motivacionais. São considerados fatores motivacionais, EXCETO:**

A) Salário.
B) Reconhecimento.
C) Responsabilidade.
D) Perspectiva de evolução.

50

"A práxis profissional sugere que, em uma sociedade baseada em conhecimento, na qual a gestão de pessoas torna-se um fator crucial para a sobrevivência empresarial, a seleção e a manutenção dos talentos profissionais nos quadros da organização deixam de ser meros processos de apoio para assumirem um papel _____ na sobrevivência e no desenvolvimento das empresas." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) estratégico
B) de paradigma
C) de *benchmarking*
D) do ambiente de trabalho/riscos

51

"Em um determinado laboratório farmacêutico, a identificação e o desenvolvimento de gestores são etapas fundamentais para o crescimento da organização. Em virtude disso, todos os líderes de equipes passam por um teste para se conhecerem melhor e saber como se posicionar positivamente no trabalho. Tal atitude é ancorada pela(o) _____, que busca identificar as qualidades e as características pessoais que diferenciam líderes de não líderes." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) teoria dos traços
B) teoria caminho-meta
C) teoria da liderança situacional
D) modelo de participação e liderança

52

Muitos trabalhadores gostam de trabalhos desafiadores; mas, esse desejo tem sido generalizado de forma exagerada para todos eles. Cada vez mais, as organizações têm cobrado responsabilidades extras de seus funcionários, frequentemente sem saber se isso é desejado, ou como o trabalhador irá lidar com o aumento de responsabilidades. Quando o empregado se adapta a esse conceito de trabalho desafiador, tem-se um reflexo que, para tais casos, refere-se à expansão vertical das funções, que pode ser definida como:

A) Horário flexível.
B) Rodízio de tarefas.
C) Enriquecimento do trabalho.
D) Compartilhamento de tarefas.

53

A avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças denomina-se análise de *SWOT* (dos termos em inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*). Após identificar as principais ameaças e oportunidades que a empresa enfrenta, é possível caracterizar a atratividade global do negócio. Diante do exposto, analise os possíveis resultados a seguir.

I. Negócio ideal: apresenta muitas e grandes oportunidades, bem como poucas ameaças importantes.
II. Negócio especulativo: tem poucas oportunidades e ameaças importantes.
III. Negócio maduro: apresenta poucas oportunidades e grandes ameaças.
IV. Negócio com problemas: apresenta poucas oportunidades e muitas ameaças.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) III e IV.

54

Qualidade total é um sistema de administração que visa obter qualidade em todas as áreas de atuação. A expressão qualidade total engloba um conjunto de princípios, idealizados por *W. Edwards Deming*. Muitos já eram conhecidos, mas, abordados em seu conjunto, constituem uma forma característica de administrar. São alguns princípios da qualidade total, segundo *Deming*, EXCETO:

A) Promover a liderança.
B) Instituir o treinamento fora do local de trabalho.
C) Engajar toda a empresa no processo de realizar a transformação.
D) Estabelecer constância de propósitos para melhorar o produto e o serviço.

55

O desenvolvimento profissional dos colaboradores é o escopo principal de um plano de carreiras. O desenvolvimento do colaborador nas carreiras é resultado da conjugação dos dois principais fatores: disposição do profissional para se qualificar e oportunidades que lhe são oferecidas. Considerando que a escolha do formato de carreira por cargo ou segmento de carreira requer decisão na análise de cargos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Carreira por linha hierárquica.
2. Carreira em Y.
3. Carreira por linha de especialização.
4. Carreira por linha de polivalência.
5. Carreira por linha generalista.
6. Carreira mista.

( ) Propicia o desenvolvimento do colaborador em uma das áreas de especialidade da empresa.
( ) É a mais comum nas organizações. É, ainda, a mais rígida, e esta concepção está perdendo espaço para outros tipos de concepções nas empresas mais modernas.
( ) Propicia ao profissional crescimento através do conhecimento profundo de uma área específica agregado ao conhecimento geral e menos profundo de outras áreas da organização.
( ) Adota vários tipos de carreira, simultaneamente, que melhor se adaptem à necessidade da organização.
( ) Tem como pressuposto a mobilidade e a ascensão profissional do colaborador pelo exercício de funções gerenciais ou de ocupações na sua área de especialidade.
( ) Propicia o crescimento do profissional pelo conhecimento profundo em áreas diferentes.

A sequência está correta em

A) 3, 1, 5, 6, 2, 4.
B) 1, 3, 5, 2, 4, 6.
C) 2, 4, 1, 5, 6, 3.
D) 4, 6, 5, 3, 2, 1.

56

Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a afirmativa correta.

A) Por ser uma Lei federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não se subordinam à referida Lei.
B) O Ministério Público, seja Federal ou Estadual, por não está submisso ao Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, não se subordina à referida Lei.
C) As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estão obrigadas a cumprir as determinações da referida Lei.
D) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos direta ou indiretamente dos orçamentos dos entes federativos estão obrigadas a disponibilizar toda e qualquer informação a respeito de sua gestão, quando solicitada por qualquer pessoa física ou jurídica interessada.

57

As seguintes afirmativas versam sobre Dívida Flutuante ou Fundada, EXCETO:

A) Compromisso exigível, cujo pagamento independe de autorização orçamentária.
B) Representa obrigações do ente público com terceiros, sendo reconhecida contabilmente no passivo.
C) Compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.
D) Conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em Lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Fonte potencial de fluxos de caixa e que deve ser reconhecida contabilmente no ativo.

58

A doutrina classifica as receitas públicas quanto à procedência em originárias e derivadas. Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo poder público. Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários. Receitas públicas derivadas, segundo a doutrina, são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.

(Manual Técnico de Orçamento (MTO); 2022.)

Considerando as afirmações anteriores, bem como a normatização vigente sobre Receita Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Os códigos das naturezas das receitas possibilitam extrair informações imediatas, o que proporciona celeridade, simplicidade e transparência, sem a necessidade de qualquer procedimento paralelo para concatenar dados.

B) A classificação da receita pública por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, que é o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

C) A estrutura da codificação da natureza das receitas ainda não permite a associação entre a receita principal e outras receitas dela originadas, a exemplo de multas e juros, haja vista que a codificação é feita por meio de apenas 6 dígitos numéricos.

D) A normatização da codificação referente à classificação orçamentária da receita pública por natureza, válida para Estados e Municípios, é feita por meio de Portaria Ministerial da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ambas do Ministério da Economia.

59

A Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Consoante o disposto na legislação citada, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Qualquer associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das disposições da Lei da Transparência.

B) O lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referentes a recursos extraordinários, são informações que devem ser disponibilizadas a qualquer pessoa física ou jurídica interessada.

C) A transparência na gestão pública será assegurada por meio da liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

D) A fim de não inviabilizar a execução dos serviços públicos, pessoas físicas ou jurídicas só podem requerer informações a respeito dos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, se forem partes diretamente envolvidas como beneficiárias do pagamento e/ou participantes do procedimento licitatório realizado.

60

As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo, em que pese todos os percalços, têm buscado maior participação dos atores sociais. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A descentralização pode ocorrer na forma de privatização, concessão, convênios ou contratos de gestão. Entretanto, essas formas de articulações das instituições públicas com organizações do mercado e/ou da sociedade civil não podem ocorrer em áreas como educação, cultura e saúde.

B) Dentre os desafios enfrentados pelo Estado, na contemporaneidade, destaca-se o árduo combate aos resquícios de práticas clientelistas, patrimonialistas e corporativistas, além da constante busca de aprimoramento para promoção da descentralização e da democratização da gestão e da oferta de serviços públicos.

C) A terceirização, que é uma forma de descentralização, se caracteriza como uma prestação de serviços ao Estado, visando dotar a máquina administrativa de maior flexibilidade, capilaridade e efetividade. Busca-se manter o pleno funcionamento dos serviços públicos, sem comprometer a atuação do Estado em áreas e funções precípuas.

D) A descentralização é um dos pontos centrais da reforma do Estado contemporâneo e implica em uma redefinição do seu papel estratégico, para que a prestação de serviços públicos adquira maior flexibilidade e proximidade da população, trazendo, consigo, uma promessa de democratização dos processos que envolvem a provisão de serviços públicos.

61

Em 1995, foi lançado o Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado. Das justificativas para sua implementação às bases estabelecidas para a Reforma, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Antes da implementação do Plano Diretor para Reforma do Aparelho do Estado, a desordem econômica fez emergir a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar social.

B) A crise do Estado, no Brasil, passou a ser notada e discutida no início da década de 1990. A partir de então ficaram evidentes o controle fiscal, a redução do desemprego, a baixa taxa de crescimento econômico real e as altas taxas de desinflação.

C) A Reforma do Aparelho do Estado buscou, também, reorganizar as estruturas da Administração Pública com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público, na profissionalização do servidor, no sentido de uma administração gerencial baseada na eficiência, descentralizada e com foco nos resultados.

D) Antes da década de 1990 a implementação, no Brasil, de uma Administração Pública formal, baseada em princípios racionais burocráticos, limitou-se a padrões hierárquicos rígidos, com foco no controle dos processos em detrimento dos resultados, tornando-se lenta e ineficiente frente aos desafios da globalização econômica.

62

Sobre Indicadores de Desempenho, seja do ponto de vista estratégico ou do ponto de vista gerencial, analise as afirmativas a seguir.

I. Medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação.

II. Recurso metodológico que informa, empiricamente, sobre a evolução do aspecto observado.

III. Sua característica principal é a existência de fórmulas mais complexas para seu cálculo que preconizam, no mínimo, uma razão entre duas informações. Se não houver razão entre duas informações, então não existe indicador genuíno, apenas uma informação.

IV. Serve de base para analisar problemas estratégicos de forma proativa, para apoiar a busca de novos caminhos para a organização, para tomada de decisão, para comunicar as estratégias e as prioridades da alta direção e dos gestores.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.

B) I, e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

63

Considerando que temas como governo eletrônico, transparência na gestão pública, controle externo por parte dos agentes sociais, cidadania e *accountability* (liberdade com responsabilidade) são constantemente debatidos na atualidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Entende-se por governo eletrônico, o conjunto de serviços e acessos às informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.

B) O governo eletrônico deve ser entendido como instrumento de aperfeiçoamento tecnológico da Administração Pública e não como vasta gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade.

C) O potencial democrático inerente ao governo eletrônico só se concretizará se houver vontade política no sentido de estimular a participação popular, a transparência na gestão pública, bem como a promoção da inclusão digital.

D) Com a implantação do governo eletrônico, torna-se possível melhorias na eficiência dos processos internos, redução dos custos das transações, minimização de distorções de informações e de sonegações fiscais, além da possibilidade de melhorias no processo de combate à corrupção.

64

Sobre Análise Custo-Benefício, assinale a afirmativa correta.

A) Possibilita agregar aos resultados variáveis de difícil mensuração financeira.

B) Possibilita identificar a opção que assegura a obtenção do resultado desejado de difícil mensuração, em termos monetários, aos menores custos.

C) Metodologia utilizada para comparação dos custos e resultados de políticas públicas ou projetos sociais. Considera-se as várias opções disponíveis para que sejam alcançados os objetivos predefinidos e compara com os custos para se atingi-los.

D) Ferramenta usada tanto por tomadores de decisões quanto por quem gerencia projetos. Entre projetos diferentes são comparados os custos totais estimados com os resultados monetários esperados, de maneira a determinar qual a alternativa mais favorável. Devem ser incluídos elementos relativos à análise financeira, econômica e de risco e sensibilidade.

65

Considerando a legislação vigente que versa sobre conselhos, organizações sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Agência Reguladora, Agência Executiva e Consórcios Públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) As agências reguladoras possuem natureza especial que se caracteriza, inclusive, pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

B) Os consórcios públicos deverão ser constituídos como associação pública ou como pessoa jurídica de direito privado, por meio de contrato, cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

C) O Poder Executivo pode qualificar como agência executiva a autarquia ou a fundação que tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e que tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.

D) As cooperativas e fundações públicas, bem como quaisquer outras pessoas jurídicas de direito privado que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há seis anos, podem requerer a qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

66

Sobre direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a afirmativa correta.

A) A Lei Orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação da receita, ainda que não autorizadas por Lei.

B) Os montantes oriundos de operações de crédito e de vendas de bens imóveis deverão, obrigatoriamente, ser incluídos na estimativa das receitas, mesmo que ainda não estejam autorizadas pelo Poder Legislativo.

C) As operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, inclusive aquelas não compreendidas na execução orçamentária, deverão ser registradas, individualizadas e serão objeto de controle contábil.

D) A Lei de Orçamento deve consignar, obrigatoriamente, auxílio para investimentos que devam ser incorporados ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos, haja vista tratar-se de transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.

67

O direito financeiro tem por objeto a disciplina jurídica de toda a atividade financeira do Estado. O direito tributário tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo. Para além dos aspectos jurídicos, importante conhecer, tecnicamente, o funcionamento do sistema de planejamento, bem como o processo de orçamentação. Considerando os atores que participam do processo de orçamentação, analise as afirmativas a seguir.

I. "_____: órgãos ou estruturas funcionais que detêm informações especializadas sobre aspectos fundamentais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)."

II. "_____: unidades de planejamento e orçamento que desempenham o papel de coordenação dos processos do ciclo orçamentário no seu âmbito de atuação, integrando e articulando o trabalho das suas unidades administrativas."

III. "_____: unidades de planejamento e orçamento responsáveis pela coordenação dos processos do ciclo orçamentário no nível subsetorial, sob orientação normativa e supervisão técnica do órgão central."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

A) **I.** Órgãos Setoriais (OSs) **II.** Ministério Público **III.** Agentes Técnicos (ATs)

B) **I.** Ministério Público **II.** Órgãos Setoriais (OSs) **III.** Subsecretarias de Finanças

C) **I.** Agentes Técnicos (ATs) **II.** Unidades Orçamentárias (UOs) **III.** Órgãos Setoriais (OSs)

D) **I.** Subsecretarias de Gestão Fiscal **II.** Unidades Administrativas **III.** Subsecretarias de Finanças

68

A Lei nº 4.320/1964 trata, também, da classificação da despesa por categoria econômica. Considerando o disposto em referida Lei, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Assim como no caso da receita, os itens da discriminação da despesa serão identificados por números de código decimal.

B) O grupo de natureza da despesa é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

C) Considera-se inversões financeiras, despesas orçamentárias com a aquisição de aquisição de títulos representativos do capital de empresas, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

D) Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária, são classificadas no grupo de inversões financeiras.

69

Sobre a estrutura programática do processo de orçamentação, analise as afirmativas a seguir.

I. O Plano Plurianual (PPA) apresenta quatro pilares em sua construção: simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e, visão estratégica com foco em resultados.

II. A metodologia do Plano Plurianual (PPA) compreende três dimensões: estratégica; tática; e, operacional. Na dimensão operacional, estão as ações orçamentárias e não-orçamentárias.

III. Entende-se por programa a categoria que articula um conjunto de ações suficientes para enfrentar um problema. Seu desempenho deve ser passível de aferição.

IV. A ótica de organização governamental, integrando planejamento e orçamento, está consubstanciada na ligação das ações orçamentárias e não-orçamentárias diretamente aos novos programas. Portanto, o produto de uma ação, como resultado, deve visar a concretização/realização dos objetivos pretendidos nos programas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II, e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

70

Sobre programação e execução orçamentária e financeira, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Na atualidade, o orçamento público está organizado em programas de trabalho que contêm somente informações quantitativas e financeiras.
B) A programação orçamentária quantitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues. A dimensão financeira estima o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária.
C) A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e de sua organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem como finalidade atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados em questões de finanças públicas.
D) O programa de trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária, deve responder, de maneira clara e objetiva, às perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar, sendo, do ponto de vista operacional, composto dos seguintes blocos de informação: classificação por esfera; classificação institucional; classificação funcional; estrutura programática; e, principais informações do programa e da ação.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova	**20 pontos**	

Texto I

Normalmente, as definições presentes em documentos oficiais ou legislações que tratam de violência obstétrica – mesmo que não utilizando este termo específico – não são limitadoras. Não existe uma lista fixa de procedimentos ou situações que são condenadas ou proibidas. As definições existentes são construídas com termos mais subjetivos como “abuso”, “desrespeito”, “atendimento de qualidade”, entre outros. Algumas organizações ou meios de comunicação procuram divulgar situações mais comuns que acontecem com mulheres para que fique mais fácil que outras mulheres identifiquem se passaram por uma experiência de violência obstétrica.

(Mariana Jansen. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQMyOJrGcxWHqrReQ7SzhWBN4yLj3HPD1GPtLZzwxQAgUECKSFs9Q8BoCGK4QAvD_BwE.)

Texto II

(Disponível em: https://opopular.com.br/noticias/cidades/uma-a-cada-quatro-m%C3%A3es%C3%A9v%C3%ADtima-de-viol%C3%AAncia-obst%C3%A9trica-em-goi%C3%A1s-1.2361819.)

Texto III

A violência obstétrica contribui para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país. Toda mulher tem o direito de ser protagonista na hora do parto e ter autonomia total sobre seu próprio corpo, tendo suas vontades e necessidades respeitadas.

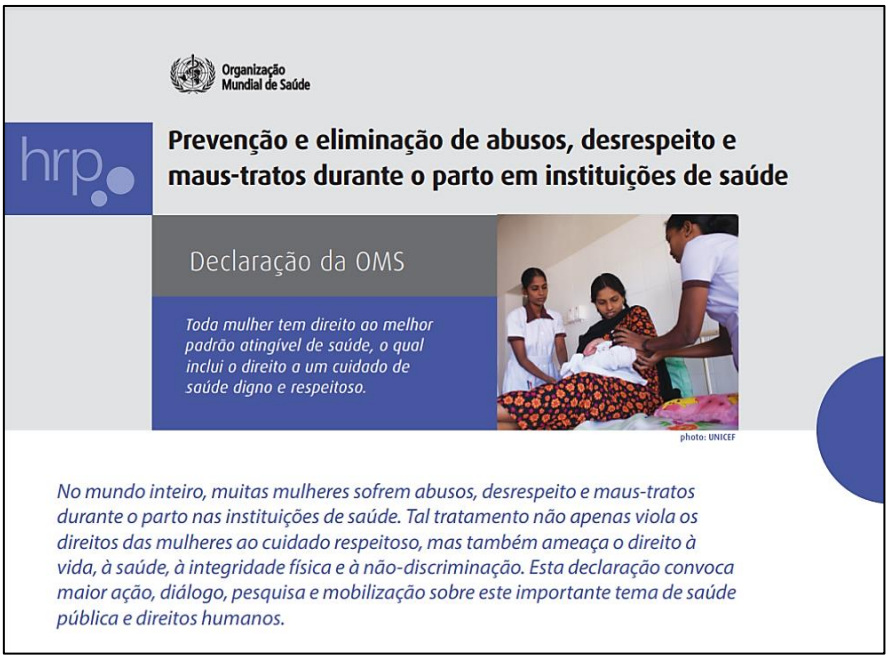
(Disponível em: https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-obstetrica/.)

Texto IV

Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância."

(Artigo 12, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher.)

Texto V



(Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Combate à violência obstétrica, uma questão de proteção à vida."

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Consulplan

INSTRUÇÕES

É <u>facultativo</u> o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais ao ingressar e sair de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, demais procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 70 (setenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos, e uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva). O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinada no local indicado.

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se ausentar do local de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de sua aplicação. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso, contra: as questões da prova objetiva de múltipla escolha e os gabaritos preliminares.
- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da Consulplan <u>www.consulplan.net</u>, no *link* correspondente ao objeto do recurso.